



CONSULTORIA, CONTABILIDADE, AUDITORIA E TREINAMENTO

YINGWE MICROBANCO, S.A.

**RELATÓRIO SOBRE PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS
E SISTEMA DE CONTROLO INTERNO**

31 DE DEZEMBRO DE 2019 & 2020

CAT CONSULTORES, LDA - A PONTE PARA O SUCESSO EMPRESARIAL		
ESCRITÓRIO		Rua do Novo Cemitério
Pestana Rovuma Hotel, Rua da Sé, n° 114; 3° Andar, porta n° 322, Maputo-Moçambique	Avenida	Marracuene-Maputo
+258 21 305 000/ +258 486 6098	Telefone/Cell	+258 200 31 474/ +258 846 644 216
info@catconsultores.co.mz	Email	www.catconsultores.co.mz
www.catconsultores.co.mz	Website	Rua do Novo Cemitério

AO
YINGWE MICROBANCO, S.A.
MAPUTO

Agradecemos pela oportunidade de nos terem escolhido como vossos auditores externos. A **CAT CONSULTORES, LDA.**, está comprometida em tornar-se um parceiro que vai ao encontro dos vossos objectivos, contribuindo com os conhecimentos e competências reais. As nossas capacidades são transferidas de uma forma profissional ao vosso pessoal, de acordo com as vossas necessidades.

No âmbito do nosso trabalho de auditoria às Demonstrações Financeiras do YINGWE MICROBANCO, S.A., relativo ao período de 1 de Janeiro de 2019 à 31 de Dezembro de 2020 e em conformidade com a metodologia seguida, procedemos à compreensão e avaliação do sistema de controlo interno e contabilístico.

Esta compreensão e avaliação destinou-se a consubstanciar o nosso exame às Demonstrações Financeiras e, conseqüentemente, não poderá, sob qualquer aspecto, constituir uma garantia para a detecção da totalidade de erros e deficiências do sistema de controlo interno ou ser entendida como tendo por objectivo específico revelar fraudes ou irregularidades que possam eventualmente existir.

Este relatório tem por objectivo levar ao conhecimento de V. Excias. situações que, em nossa opinião, apresentam condições para melhorias e as nossas recomendações para as atingir.

Sendo da responsabilidade geral do Yingwe MicroBanco, S.A., a implementação e manutenção do sistema de controlo interno e contabilístico, sugerimos que seja devidamente ponderado, antes de ser tomada qualquer decisão sobre a correcção das deficiências, o custo dessa correcção em relação ao risco envolvido.

Ficamos inteiramente à disposição de V. Excias. para discutir o seu conteúdo na generalidade ou esclarecermos qualquer ponto que no vosso entender justifique maior precisão ou uma informação adicional.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a colaboração e a cortesia dispensada aos nossos técnicos por todo o pessoal no decurso da auditoria realizada. Entretanto, esperamos que o presente relatório tenha satisfeito as vossas expectativas.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Excias.



CAT CONSULTORES, LDA

14/SCA/OCAM/2015



YINGWE MICROBANCO, S.A.

CARTA DE RECOMENDAÇÕES PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 & 2020

ÍNDICE

I.	SISTEMA DE SEGURANÇA.....	I
----	---------------------------	---

I. Sistema de Segurança

Observação

No âmbito da visita aos escritórios do Yingwe, verificou-se que o sistema de segurança de vídeo segurança encontrava-se não funcionando.

Implicação

A segurança eletrónica através de registo baseado em câmara de segurança ajuda a um melhor controlo em tempo real, e a impossibilidade remete a fragilidades no sistema de controlo e registo das ocorrências.

Recomendação

Recomenda-se a instituição tome atenção a situação, de modo a melhor proteger os seus activos.

Comentário:

- *Estão em curso trabalhos de reposição do sistema de segurança com outro provedor de serviço, na sequência da rescisão do contrato com o anterior provedor de serviço devido aos preços altos praticados. Os trabalhos encontram-se já na fase conclusiva e em breve esperamos ter o sistema de segurança pleno e operacional.*
- *Actualmente o sistema funciona parcialmente, reforçado com a presença da força no terreno durante o dia, que assegura a segurança das instalações.*



Demonstrações Financeiras

YINGWE MICROBANCO, S.A.

31 de Dezembro de 2019



INDICE

PÁGINAS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 - 5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	7
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9 - 26

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do YINGWE MICROBANCO, S.A., que compreendem: a Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração de Resultados, Alterações do Capital Próprio do ano findo naquela data e, assim com as Notas às Demonstrações Financeiras, as quais, incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis em Moçambique para o sector bancário e de acordo com a legislação comercial vigente.

Adicionalmente, os Administradores são responsáveis por implementar e manter um sistema de controlo interno relevante para que a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras sejam livres de distorções materiais, devido a fraudes ou erros, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, e não tem motivos para duvidar da capacidade da Entidade poder continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade no futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar sobre se as Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis em Moçambique e demais normas para o Sector Bancário, bem como, de acordo com a legislação comercial vigente.

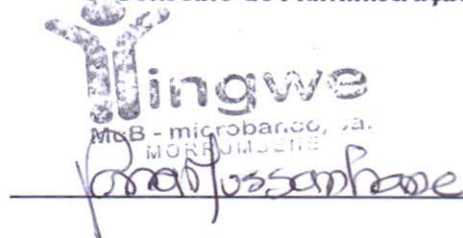
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 12 de Fevereiro de 2020 e vão assinada em seu nome por:

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do **YINGWE MICROBANCO, SA** relativas à 31 de Dezembro de 2019, que compreendem a Posição Financeira (que evidencia um Activo total de **9.808.625** Meticais e Capital Próprio no montante de **1.721.924** Meticais, incluindo um lucro de **303.224** Meticais), a Demonstração de Resultados, relativas ao período findo naquela data a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e **Notas às Demonstrações Financeiras**. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a Posição Financeira do **YINGWE MICROBANCO, SA**, em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Base para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos destas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o *Código de Ética para os Contabilistas Profissionais (Código IESBA)* e com base nos demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa opinião.

Ênfase

Sem afectar a opinião acima expressa, chamamos a vossa atenção para o facto da Situação Líquida da instituição estar abaixo de 50% do seu capital social tendo como base o Artigo 119 do Código Comercial.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da Administração. A outra informação não inclui as Demonstrações Financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das Demonstrações Financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as demonstrações financeiras

O Conselho de Administração do **YINGWE MICROBANCO, SA**, é responsável pela preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções devido a erro ou fraude.

Quando prepara Demonstrações Financeiras o Conselho de Administração, é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração, tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA's detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA's, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **YINGWE MICROBANCO, SA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **YINGWE MICROBANCO, SA** para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maputo, 17 de Dezembro de 2021



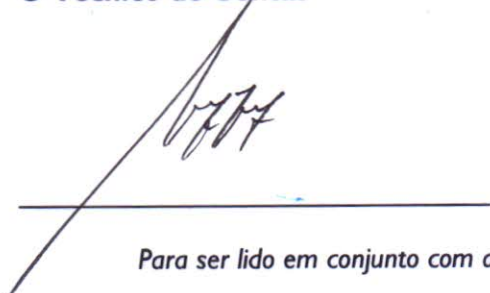
CAT CONSULTORES, LDA

14/SCA/OCAM/2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Descrição	Nota	2019	2018
Juros e rendimentos similares	5	5.712.352	2.526.527
Juros e encargos similares	6	(50.783)	(52.850)
Margem financeira		5.661.569	2.473.677
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos com serviços e comissões		360.949	290.530
Encargos com serviços e comissões		(42.026)	(29.586)
Outros resultados de exploração	7	(80.032)	(157.491)
Produto bancário		5.900.460	2.577.130
Custos com pessoal		(3.038.157)	(2.672.962)
Gastos gerais administrativos	8	(1.774.520)	(2.185.841)
Amortizações do exercício		(199.969)	(281.041)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(584.590)	(182.588)
Resultados antes de impostos		303.224	(2.745.301)
Impostos			
Correntes			
Diferidos			
Resultados após impostos		303.224	(2.745.301)

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Descrição	Nota	2019	2018
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10	-	135
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11	910.765	803.695
Crédito a clientes	12	6.292.237	5.959.981
Activos tangíveis	13	2.205.003	2.323.116
Activos intangíveis	14	80.572	80.105
Activos por impostos correntes		240.000	210.000
Outros activos		80.048	98.619
Total de activos		9.808.625	9.475.650
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	7.788.934	8.011.314
Outros passivos	16	297.767	45.635
Total de Passivo		8.086.700	8.056.949
Capital			
Capital social	17	20.000.018	20.000.018
Outras reservas e resultados transitados		(18.581.318)	(15.836.017)
Resultado do exercício		303.224	(2.745.301)
Total de Capital		1.721.924	1.418.700
Total de Passivo + Capital		9.808.625	9.475.650

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração

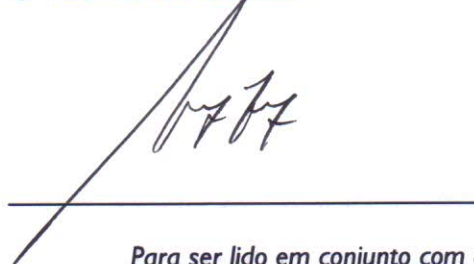


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Descrição	Capital social	Resultados Transitados	Total
saldo em 01 de Janeiro de 2018	14.601.948	(15.836.019)	(1.234.071)
Aumento de capital	5.398.070		5.398.070
Constituição de Reservas			-
Resultado Líquido do Exercício		(2.745.299)	(2.745.299)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	<u>20.000.018</u>	<u>(18.581.318)</u>	<u>1.418.700</u>
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	20.000.018	(18.581.318)	1.418.700
Aumento de capital			-
Constituição de reservas			-
Resultado Líquido do Exercício		303.224	303.224
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	<u>20.000.018</u>	<u>(18.278.094)</u>	<u>1.721.924</u>

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019

1.	Introdução	10
2.	Princípios contabilísticos	10
3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	18
4.	Alterações nas políticas contabilísticas	19
5.	Juros e rendimentos similares	20
6.	Juros e encargos similares	20
7.	Outros resultados de exploração	20
8.	Gastos Gerais Administrativos	21
9.	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21
10.	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	22
11.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	22
12.	Crédito à clientes	22
13.	Activos tangíveis	23
14.	Activos intangíveis	23
15.	Recursos de clientes e outros empréstimos	23
16.	Outros passivos	24
17.	Capital	24
18.	Contingências e compromissos	24
19.	Gestão de riscos financeiros	25
20.	Continuidade	26
21.	Eventos subsequentes	26

1. Introdução

O YINGWE MICROBANCO, S.A. é uma sociedade anónima que opera no sector financeiro, com sede em Inhambane – Morrumbene. A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

1.1. Bases de preparação e declaração de cumprimento

Em cumprimento ao disposto no aviso 4/GGBM/2007 de 2 de maio de 2007 e nas disposições complementares, as demonstrações financeiras da entidade são preparadas de acordo com as IFRS e de acordos com as normas emanadas pelo Banco de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, exceto nas situações abaixo identificadas, por força da aplicação das normas, e com base no princípio de continuidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e incertezas associadas a aplicação das políticas contabilísticas descritas na nota 3.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e são idênticas as que foram preparadas pela entidade a partir dos seus registos contabilísticos e que serão submetidas a aprovação dos acionistas.

2. Princípios contabilísticos

2.1. Operações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais que constitui moeda funcional e de apresentação utilizada pela entidade nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeiras são inicialmente convertidas para moedas funcional à taxa de cambio em vigor à data de transação, à data da Posição Financeira os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais a taxa média

divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas nas demonstrações de resultados no período a que dizem respeito.

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor a taxa à data em que a transação ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos a taxa de câmbio em vigor na data de determinação do Justo valor.

2.2. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores apresentados na Posição Financeira em caixa e depósitos em instituições de crédito.

2.3. Activos e passivos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Posição Financeira da entidade na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto perdas e passivos ao justo através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante no qual um ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais do mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente ao preço da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação o caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidencia objectiva de perda de valor em

resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham impacto sobre os fluxos futuros estimados dos activos financeiros. A evidencia de imparidade que incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação do capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i) Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados na Posição Financeira pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii) Investimentos detidos até a maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que a entidade tem a intenção e capacidade de deter até a data de seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método de taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados

associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A entidade avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os ativos financeiros detidos até a maturidade. Caso exista evidência objetiva de que foi incorrida uma perda por imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros dos activos. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

iii) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotado em mercados activos.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 estabelece requisitos a reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contractos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui a IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Os requisitos da IFRS 9 representam uma alteração significativa da IAS 39. A nova norma apresenta alterações fundamentais na contabilização de activos financeiros e em certos aspectos alterações fundamentais da contabilização de passivos financeiros.

Classificação

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para activos financeiros: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) justo valor através de lucros ou prejuízos. A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios na qual o activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais. Esta norma elimina as categorias anteriores da IAS 39 as categorias de detidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber e disponíveis para a venda. De acordo com a IFRS 9, os derivados incorporados nos contractos nos quais o “host” é um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Invés disso, os instrumentos financeiros híbridos como um todo são avaliados para fins de classificação.

A IFRS 9 retém em grande parte os requisitos existentes na IAS 39, para a classificação dos passivos financeiros.

No entanto embora de acordo com a IAS 39, todas as alterações no justo valor dos passivos designados na opção de justo valor foram reconhecidas nos lucros ou prejuízos. De acordo com a IFRS 9, as variações no justo valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da alteração do justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentado em outro rendimento integral; e

O valor remanescente da variação do justo valor é apresentado nos lucros ou prejuízos.

Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” na IAS 39, por um modelo de “perda esperada de crédito”. O novo modelo de imparidade também se aplica a determinados compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mas não a investimentos de capital.

De acordo com a IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo relativamente a IAS.

2.4. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzindo as amortizações e as perdas por imparidades acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que eles resultarão benefícios económicos para a entidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Activos tangíveis	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4-6	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis, as alterações da vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou o contrato de arrendamento.

Um item dos activos tangíveis deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

2.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.6. Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou constitutiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade a data de balanço.

2.7. Reconhecimento dos rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a entidade e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, os seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda, os gastos e rendimentos de juros são registados a taxa de juro efectiva a qual apresenta a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo, ou passivo financeiro. O calculo toma consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação de perda de imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

A entidade obtém taxas e comissões de serviços prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem as comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transacção.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor a data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto indeferido

Os impostos indeferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transacção.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor a data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto indeferido

Os impostos indeferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

2.9. Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.10. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a responsabilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.11. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição Financeira ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição Financeira ("*non adjusting events*"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela entidade são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência da imparidade de forma a aferir de necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar o futuro, resultado em alterações dos montantes constituídos para fazer face as perdas efectivas.

Adicionalmente a análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face a situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A entidade considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são geralmente determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o enquadramento das suas operações, a qual é suscetível de poder vir a ser questionada pelas autoridades fiscais.

4. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desse exercício.

5. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares apresenta-se como segue

Descrição	2019	2018
Juros de empréstimos concedidos	5.540.202	2.526.352
Juros de créditos vencidos e juros de mora	172.150	175
Total	5.712.352	2.526.527

6. Juros e encargos similares

Os juros e encargos similares apresentam-se como segue:

Descrição	2019	2018
Juros de empréstimo GAPI	(38.964)	-
Juros pagos ao FARE	(11.820)	(52.850)
Total	(50.783)	(52.850)

7. Outros resultados de exploração

Os Outros resultados de exploração apresentam-se como segue:

Descrição	2019	2018
Donativos a Instituições Públicas e Privadas	(17.613)	-
Multas e outras penalidades legais	(92.076)	(150.159)
Regularização exercícios anteriores	(17.833)	(6.711)
Perdas em activos tangíveis e intangíveis	-	(8.687)
Ganhos e recuperação de créditos de clientes	4.800	9.200
Ganhos realizáveis	5.700	-
Reembolso de despesas	38.000	-
Outros impostos	(1.010)	(1.134)
Total	(80.032)	(157.491)

8. Gastos Gerais Administrativos

Os gastos gerais administrativos apresentam-se conforme segue:

Descrição	2019	2018
Água, energia e combustíveis	(451.331)	(279.038)
Impressos e material de consumo corrente	(117.641)	(129.505)
Material para assistência e reparação	(16.274)	(91.259)
Material de higiene e limpeza	(28.741)	(33.512)
Fardamento e calçado	(8.792)	(4.621)
Ferramentas e utensílios	(3.700)	(750)
Rendas e aluguer de casa	(151.050)	(164.160)
Comunicações e despesas de expedição	(104.559)	(108.167)
Transporte e Portagens	(21.160)	(26.847)
Ajudas de custo	-	(1.800)
Alojamento	(37.300)	(2.500)
Despesas de representação	(96.504)	(51.678)
Manutenção e reparação imóveis	(17.835)	(60.385)
Manutenção e reparação equipamentos	(70.604)	(109.923)
Seguro de Instalações	(7.801)	(15.603)
Outros tipos de seguro	(16.913)	(7.358)
Avenças e honorários	(615.317)	(1.098.735)
Serviços de contencioso e notariado	(8.998)	-
Total	(1.774.520)	(2.185.841)

9. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações apresentam-se como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas de imparidades de crédito a clientes	(35.547)	(75.561)
Perdas de juros com imparidades	(937.798)	(721.131)
Reversão e recuperação de perdas com imparidades	388.755	614.104
Total	(584.590)	(182.588)

10. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

O Caixa e disponibilidades em bancos centrais apresenta-se como segue:

Descrição	2019	2018
Caixa fundo de maneiio	-	135
Total	-	135

11. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2019	2018
FNB	92.873	15.586
Standard Bank	3.717	3.717
BCI	814.175	784.392
Sub Total	910.765	803.695

12. Crédito à clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	2019	2018
Crédito ao Consumo	906.000	661.016
Crédito ao Comercio	3.872.627	4.223.193
Crédito a Agro Investe	149.444	322.086
Crédito a Agro Investe 2	794.004	638.008
Grupo Solidário CCP2	-	20.000
Capital Vencido	1.249.917	358.162
Juros Vencidos por Regularizar	250.301	79.911
Juros de Mora	2.612	5.683
Imparidades Acumuladas	(932.668)	(348.078)
Sub Total	6.292.237	5.959.981

13. Activos tangíveis

Descrição	2019	2018
Outros activos tangíveis	3.583.792	3.556.292
Sub Total	3.583.792	3.556.292
Amortizações acumuladas (Activos Tangíveis)		
Outros activos tangíveis	1.378.789	1.233.176
Sub Total	1.378.789	1.233.176
Total Líquido Activos Tangíveis	2.205.003	2.323.116

14. Activos intangíveis

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2019	2018
Outros activos intangíveis	329.829	257.172
Sub Total	329.829	257.172
Amortizações acumuladas (Activos intangíveis)		
Outros activos intangíveis	249.257	177.067
Sub Total	249.257	177.067
Total Líquido Activos Intangíveis	80.572	80.105

15. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2019	2018
Gapi	7.788.934	7.788.934
Fare	-	222.380
Total	7.788.934	8.011.314

(i) O saldo desta rubrica é referente a dois empréstimos dos quais:

- O primeiro com data de início à 21 de Novembro de 2016 e valor 500.000 Meticais, que destina-se ao refinanciamento de agro-negócios, possui taxa de juro anual de 12%, podendo

ser alterada durante a vigência do contrato em conformidade com a evolução das taxas de juros do mercado financeiro, os montantes em dívida serão reembolsados em 24 prestações, com periodicidade de 30 dias.

- O segundo, com data de início à 29 de Outubro de 2015 e valor de 3.000.000 possuindo um deferimento de 3 meses, este empréstimo se destina ao refinanciamento da cadeia de valor agrícola. Este empréstimo vence juros a taxa anual de 10%, podendo ser alterada durante a vigência do contrato em conformidade com a evolução das taxas de juro do mercado financeiro, os montantes em dívida serão reembolsados em 60 prestações, com a periodicidade de 30 dias

16. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta-se conforme a tabela abaixo:

Descrição	2019	2018
Rendimento de Trabalho dependente	27.302	14.150
Rendimento de Trabalho independente	-	400
INSS	23.160	18.123
Credores Clientes por Identificar	23.032	10.310
Outros Credores Diversos	215.312	-
Sobrepagamento/ <i>Overpayment</i>	8.961	2.652
Total	297.767	45.635

17. Capital

O Capital social apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2019	2018
GAPI, SA	12.910.812	12.910.812
Liana Investimentos	6.079.006	6.079.006
PGB Investimentos	472.500	472.500
Gregoy Binkert	225.000	225.000
Emanuel Mavie	312.700	312.700
Total	20.000.018	20.000.018

18. Contingências e compromissos

A data da Posição Financeira a entidade não possuía nenhuma contingência e passivo.

19. Gestão de riscos financeiros

A entidade encontra-se exposta essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de crédito. O principal objetivo da Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades da entidade. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da entidade, o qual determina quais são os riscos aceitáveis.

Risco do mercado

São de particular importância na gestão do risco de mercado o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

a) Risco de taxa de juro

A exposição da entidade à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de curto prazo que são constituídos na sua maioria por “*overdrafts*”. O objetivo da entidade é limitar a volatilidade dos fluxos de caixa e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação das reservas em moeda estrangeira em banco.

b) Risco de taxa de câmbio

A entidade está exposta ao risco de taxa de câmbio nas transacções relativas a vendas e prestações de serviços em USDs, sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à volatilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada pela concentração de disponibilidade de USDs.

Risco de Liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a entidade tenha disponível, a todo momento os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos através de uma adequada gestão de maturidade dos financiamentos.

A entidade prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Risco de crédito

A entidade está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e quantitativa, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela companhia que sendo nulas, estando, portanto, ao seu justo valor.

20. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas presumido que a entidade está em continuidade e manterá as suas actividades no futuro previsível.

21. Eventos subsequentes

Após a data da Posição Financeira e até a data em que as demonstrações financeiras formam autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a entidade que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgações das mesmas.



YINGWE MICROBANCO, S.A

Relatório Anual de Actividades

Gerente_yingwe

12/31/2019

1. Introdução

O presente relatório de actividades, analisa o desempenho referente ao Exercício findo de 2019. Tem como objectivo apresentar ao Conselho de Administração informações sobre as actividades desenvolvidas pelo Yingwe na implementação da sua missão durante o período em análise, de modo que seja possível, acompanhar e avaliar o grau de cumprimento dos resultados obtidos em relação aos objectivos estabelecidos e, permitir ainda que sejam tomadas decisões necessárias para melhorar a carteira de negócios do banco.

2. Capital social e Estrutura Accionista

O capital social do Yingwe Microbanco realizado é de 14.160.996,43MT. Contudo, está em curso o processo de aumento de capital para 20.000.018,50MT, que aguarda aprovação pelo Banco de Moçambique.

Refira-se que este aumento de capital social, resulta da injeção dos accionistas GAPI, SA e Liana Investimentos, Lda, conforme a deliberação da Assembleia Geral de Dezembro de 2017. A seguir a posição da estrutura accionista.

Tabela1: Estrutura accionista

Accionista	2017		2018	
	Valor	%	Valor	%
GAPI-SI,SA	9,012,905.60	61.72	12.910.812.40	64.55
Liana Investimentos, Lda	4,578,842.00	31.36	6.079.005,70	30.40
PGB, Lda	472,500.00	3.24	472.500.00	2.36
Emanuel Mavie	312,700.00	2.14	225.000.00	1.13
Gregory Binkert	225,000.00	1.54	312.700.00	1.56
Total.....	14,601,947.60	100	20.000.018.10	100

3. Negócios Realizados e Resultados Obtidos

3.1 Crédito a Clientes

A actividade principal do Yingwe Microbanco, é fundamentalmente a concessão de crédito ao comércio, consumo e agro-negócio.

Na sequência da implementação do plano de assistência técnica (2017-2018), dentre várias acções desenvolvidas, foram injectados fundos em vista a recapitalização da Instituição e a reversão dos resultados líquidos negativos alcançados ao longo dos últimos 4 exercícios.

Em resultado deste processo, até finais do mês Julho do mesmo ano, a instituição passou a ganhar alguma sustentabilidade.

Com efeito, o banco registou no período um crescimento na ordem de 28% do volume de carteira, tendo alcançado cerca de 10.5 milhões de meticais de carteira de crédito bruta com um total de 265 operações, contra 8.2 milhões e 232 créditos do período homólogo.

No âmbito da expansão da carteira, foi também possível consolidar uma carteira no total de 700 mil meticais em Vilanculos e Mabote, como novos mercados de actuação da instituição.

Ao nível do desembolso de crédito, foram desembolsados 252 créditos na ordem de 11 milhões de meticais, o correspondente a cerca de 40% de crescimento, quando comparado com o período igual de 2018.

Destacar a redução de vendas do crédito em grupo que é justificada por parte dos elementos do grupo, actualmente solicitarem créditos individuais decorrente de conflitos por falta de pagamento por parte de alguns membros.

Os reembolsos de crédito registaram no período, um crescimento na ordem de 105%, ao atingir cerca de 5 milhões de meticais, contra 2.4 milhões do ano anterior.

4. Qualidade de Activos e Risco de Crédito

A média de atraso no período esteve em 10%, correspondente a cerca de 1 milhão de volume de carteira na situação de inadimplência, contra 385 mil de 2018. Esta situação deve-se a clientes de difícil recuperação, dentre fugitivos, falecidos e de falência.

Como factores críticos a qualidade da carteira, destaca-se: (1) falência do negócio, (2) baixo nível do negócio associado a má gestão e desvio de aplicação; (3) fuga, falta de colaboração. Por outro lado, a falta de uma comunicação saudável entre as IMF'S na partilha de informação, e de um sistema de controlo sobre o registo de operações de crédito (CRC) verificada na maioria das Microfinanças no mercado, coloca-se como um factor que influencia negativamente na redução da mora, facto que contribui para a sobreposição de operações para os mesmos clientes, em mais de três Instituições de crédito.

Contudo, está a merecer atenção e em curso, estão acções de execução, reprogramação e reestruturação de crédito para minimizar a situação e assegurar a sua recuperação. Paralelamente, está sendo reforçado o acompanhamento dos clientes, tendo em conta a tendência da mora por região geográfica, natureza do negócio, bem como na instrução de novos processos, e foi introduzido o seguro de crédito para minimizar o risco de morte ou invalidez.

5. Proveitos de Empréestimos e Gastos

Os proveitos de empréestimos fixaram-se em 5 milhões de meticais em 2019, contra cerca de 2.4 milhões em 2018. Os custos operacionais estiveram na ordem de 3.9 milhões e cerca de 4.5 milhões em 2018.

No período em análise, para além de aumento verificado ao nível de ganhos, houve uma tendência de contenção de custos, o que permitiu o incremento na capacidade de cobertura da instituição em mais de 100%.

Refira-se que a subida da conta de proveitos e ganhos, é consequência das injeções de capital social pelos accionistas em cerca de 37% no ano de 2018, bem como dos esforços conjuntos ao nível da venda e recuperação do crédito, o que aumentou a sustentabilidade da instituição, passando no período a cobrir as despesas em 138%, quando comparado com o ano findo.

8. Mercados

Apesar da concorrência, a instituição continua com uma reputação aceitável, como resultado das acções de expansão tendo em conta o seguimento do mercado, em particular nas zonas de pouca intervenção da concorrência. Por outro lado, o Yingwe é uma potencial alternativa na oferta de produtos no sector do agronegócio, não obstante as taxas de juros relativamente baixas e esta abordagem, é um diferencial no mercado.

9. Conclusões e Recomendações

A análise do desempenho de 2019, é positiva pelos resultados alcançados quando comparados com o exercício findo. Para além de satisfatória, esta situação justifica as acções em curso dos accionistas, em particular o plano de assistência técnica em 2017 e as demais actividades para dinamizar a carteira de crédito.

Apesar do crescimento da carteira, persiste alguma preocupação com a qualidade da carteira, ainda que notório o esforço de recuperação, daí a necessidade de continuar com o acompanhamento da carteira para assegurar a sustentabilidade e continuidade das operações.

A procura pelos produtos e serviços do banco, tende a crescer, o que traduz de certa forma, alguma satisfação e melhoria ao nível reputacional da Instituição. Esta situação ainda que encorajadora, coloca a actual capacidade de resposta, desafiada para assegurar uma posição mais efectiva face a demanda e a necessidade de fidelização de clientes.

Morrumbene, 31 de Dezembro de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "I. Felix", written in a cursive style.

Acta da Sessão da Assembleia Geral Ordinária do Yingwe McB, SA

No dia 13 de Abril de 2021, pelas 11 horas nas instalações da Sede da Gapi em Maputo, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Yingwe McB, SA, em que estiveram presentes os seguintes accionistas:

- Gapi -SI, representada por Francisco António Souto
- Liana Investimentos, representada por Eduardo Sebastião Mussanhane;
- Gregory Binkert, representado por Eduardo Sebastião Mussanhane,

Esteve ausente o accionista PGB, Investimentos, em razão de o respectivo mandatário se encontrar impossibilitado por motivos de doença.

Para além dos accionistas, a sessão contou ainda com a presença de membros do Conselho de Administração (CA), respectivamente Ana Bouene Mussanhane-Presidente do Conselho de Administração, Anabela Ernesto Mucavele, Administradora. Participaram também na sessão como convidados, Augusto Vinte, Técnico de Contas da Sociedade e Ramos Joaquim, Consultor de Microfinanças.

A sessão foi orientada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eduardo Sebastião Mussanhane que depois de verificar o quórum apresentou a proposta da seguinte agenda de trabalhos:

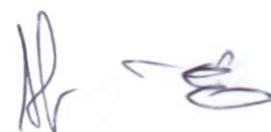
1. Apreciação e deliberação dos Relatórios de Actividades e Demonstrações Financeiras da sociedade dos anos 2019 e 2020.
2. Outros assuntos de interesse para a sociedade

A agenda proposta foi aprovada, tendo-se passado à discussão das respectivas matérias.

1. Apreciação e deliberação dos Relatórios de Actividades e das Demonstrações Financeiras da sociedade dos anos 2019 e 2020.

O Presidente da Mesa conferiu palavra ao CA para apresentar o relatório de actividades dos anos 2019 e 2020. A PCA apresentou de forma breve as actividades realizadas nos dois anos realçando que, devido às restrições de mobilidade impostas pela pandemia da Covid 19, em 2020 não houve encontro dos accionistas, razão pela qual só em 2021 é que foi apresentado o relatório de actividades de 2019.

Os principais indicadores do ano de 2019 foram os seguintes:



Anos	Carteira de crédito			Proveitos Totais (10 ^{^3} MT)	Custos Operacionais (10 ^{^3} MT)			Nr Trabalhadores	Rácios Prudenciais	
	Nr Opers Crédito desembolsados	Crédito Desembolsado (10 ^{^3} MT)	Saldo Carteira Total (10 ^{^3} MT)		Custos com o Pessoal (10 ^{^3} MT)	Encargos Administrativos	Total Custos Operacionais		Valor F.Próprios (10 ^{^3} MT)	Rácio Solvabilidade
2017	136	4,025	2,817	1,306	2,489	1,771	4,550	12	-12,985	-221.63%
2018	251	9,300	5,960	2,817	2,673	2,186	5,140	10	-4,495	-59.30%
2019	272	12,207	6,292	6,073	3,038	1,775	5,013	10	-4,482	-52.14%

Em resultado das injeções feitas pelo accionista Gapi, tanto para o reforço do fundo para crédito como para as actividades de assistência técnica, os indicadores económico-financeiros apresentaram melhorias significativas. A carteira creditícia cresceu em 31%, melhorando assim a capacidade de resposta aos pedidos de financiamento submetidos pelos clientes. Consequentemente, com o aumento registado no valor da carteira de crédito, os proveitos triplicaram, influenciando positivamente os resultados operacionais da instituição.

O relatório de actividades da YMcb em 2020 mostrou uma situação inversa, em resultado do agravamento da situação pandémica no país. Desta situação resultou a queda dos negócios e actividades da clientela, facto que obrigou a que muitas operações de crédito tivessem de ser reprogramadas. A qualidade da carteira de crédito decresceu, dado o aumento do volume e valor da carteira vencida e em incumprimento. Daqui, a liquidez da instituição foi fortemente afectada. Por falta de fundos a capacidade creditícia da instituição decresceu e registou-se piora nos resultados operacionais, factos que impactaram negativamente nos fundos próprios do microbanco e nos principais rácios prudenciais.

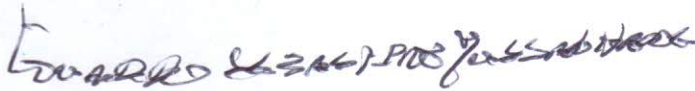
No que concerne às Demonstrações Financeiras de 2019 e 2020, apresentadas pelo contabilista, por não terem sido auditadas, os accionistas acharam por bem não se pronunciarem, adiando desta maneira a sua apreciação para mais tarde, após a conclusão da auditoria externa.

Assim, não havendo lugar à deliberação de nenhum dos documentos apresentados, a Assembleia Geral recomendou ao Conselho de Administração o seguinte:

1. Melhorar o relatório de actividades e contas referentes a 2019 e 2020, destacando as principais actividades realizadas, sua abrangência, resultados e impactos;
2. Criar todas as condições necessárias para que as Demonstrações Financeiras de 2019 e 2020 sejam auditadas nos próximos 6 (seis) meses. A próxima reunião para a apreciação das DFs pode ser feita virtualmente. Para tal, os documentos devem ser apresentados com antecedência.
3. Envidar esforços para a melhoria da qualidade da carteira de crédito e procurar mecanismos inovadores e eficazes de cobranças e instrumentos para a mitigação de riscos de crédito.

4. Melhorar a estratégia de negócios assente na especialização agrícola através da exploração das oportunidades de mercado existentes, nomeadamente a comercialização da castanha de cajú, mandioca e feijões.
5. Enquanto os accionistas estudam e adoptam soluções para a capitalização da sociedade, o Conselho de Administração deverá encetar contactos junto dos *stakeholders* e negociar formas de financiamento com recursos alheios a preços acessíveis e sustentáveis para o microbanco, de modo a alavancar as actividades e negócios do YMcb.

Não havendo mais a tratar, quando eram 13h15m, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Accionistas.



Eduardo Sebastião Mussanhane



Francisco António Souto



PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas e previstas nos Estatutos do Yingwe - microbanco, no Código Comercial e pelas demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer de princípio relativo aos documentos de prestação de contas do ano de 2019 e 2020 – designadamente, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Balanço, Anexo às demais demonstrações financeiras, e Relatório de Gestão (nos termos do estabelecido na decorrentes dos respectivos Estatutos) – bem como relativo aos actos administrativos e financeiros da direcção, que lhe compete fiscalizar.

Sobre o Relatório de Gestão e as Contas de 2019, o Conselho Fiscal assinala o crescimento considerável dos resultados líquidos do microbanco, muito embora não tenham impacto significativo nos fundos próprios devido aos resultados acumulados negativos que o microbanco vem apresentando desde o início das suas actividades.

O Conselho Fiscal entende ter sido de mérito as diligências negociais que a gestão do microbanco conduziu que resultaram na reestruturação de suas obrigações creditícias e liquidação das outras com o FARE e FNB. No entanto, observa-se que apesar do reconhecimento da liquidação das dívidas com o FARE, continua com o seu imóvel hipotecado a favor desta instituição, carecendo de distrate imediato.

Por outro lado, observou-se que ao nível de negócios o microbanco desencadeou várias acções alinhadas ao plano estratégico da instituição, em especial destaque a expansão de suas operações para mercados como Inharrime e Vilankulo, o que veio reforçar a sua capacidade de rotação de capital e encaixe de proveitos adicionais.

No que concerne aos atos administrativos e financeiros da direcção do microbanco, a fiscalização da actividade de 2019 merece ao Conselho Fiscal as seguintes observações:

- a) Com relevância para o relato financeiro da entidade, que, pela análise dos extratos de contas, como também dos documentos de suporte, observa-se que os reconhecimentos são efectuados por conjuntos de várias facturas. É este o procedimento seguido na maioria dos reconhecimentos que são efectuados;
- b) A organização contabilística, deve ser um processo contínuo de aprimoramento de procedimentos tendo em vista a sua conformidade e a necessidade no âmbito da conversão e a captação de depósitos.

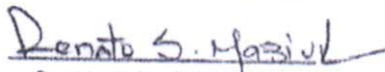
Assim, tendo presente todas as considerações efectuadas, neste Parecer do Conselho Fiscal, somos da opinião que as contas do microbanco devem ser aprovadas, carecendo de auditoria externa às mesmas.

Morrumbene, 20 de Março de 2020



Dorcas Pereira

(Presidente do Conselho Fiscal)



Renato Salvador Mazivila

(Vogal)

Júlio Auxílio Mochá

(Vogal)